

---

## TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E “PARTIDOS POLÍTICOS” EM MEADOS DO SÉCULO XIX NA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL

### INDIVIDUAL TRAJECTORIES AND “POLITICAL PARTIES” IN THE MID-NINETEENTH CENTURY IN THE PROVINCE OF RIO GRANDE DO SUL

---

Michele de Oliveira Casali  
Graduanda em História - UFSM  
michelelucasali@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho, financiado pelo PIBIC/UFSM/CNPq, faz parte do projeto guarda-chuva “América Platina: processos de formação e de consolidação dos estados nacionais no século XIX e no início do século XX”. Esta pesquisa pretende demonstrar na perspectiva da História Política, a rede “político-partidária” que constituiu-se no Rio Grande do Sul entre os anos de 1845 a 1860, tendo por ponto de partida o contexto da Revolução Farroupilha. Após analisar trabalhos sobre este tema e a atuação de seus protagonistas na política do Segundo Reinado, conseguimos perceber trajetórias individuais possibilitando a visualização mais ampla das relações nos âmbitos social, político, econômico e cultural a partir dos atores sociais. A busca por nomes desses personagens na historiografia resultou na seleção de 40 indivíduos, dos quais três apresentamos neste trabalho: David Canabarro, Francisco de Sá e Brito Júnior e Manoel Luís Osório. Os dois primeiros atuaram nos grupos da minoria e da maioria respectivamente durante a Revolução Farroupilha. Já Manoel Luís Osório após a proclamação da República Rio-Grandense (1836) passou a integrar o Exército Imperial. Nesse sentido, apresentamos como resultado uma valorização da atuação e caracterização dos indivíduos como um fio condutor para a realização de uma história mais global, superando a fragmentação dos âmbitos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fronteira. Grupos Políticos. Trajetórias Políticas. Revolução Farroupilha. Poder local.

**ABSTRACT:** This work, funded by PIBIC/USFM/CNPq, is part of the umbrella project “Platinum America: processes of formation and consolidation of the national states in the nineteenth century and in the beginning of the twentieth century.” This research intends to show in the perspective of the Political History, the network “political-party” which was constituted in Rio Grande do Sul between the years of 1845 and 1860, having as starting point the context of the Farroupilha Revolution. After analyzing works about this theme and the actuation of its protagonists in the politics of the Second Reign, we could notice individual trajectories making possible the broader view of the relations in the social, political, economical and cultural scopes going from the social actors. The searching for these characters’ names in historiography resulted in the selection of 40 individuals, from which three we show in this work: David Canabarro, Francisco de Sá and Brito Júnior and Manoel Luís Osório. The two first acted in the groups of the minority and of the majority respectively during the Farroupilha Revolution. Yet Manoel Luís Osório after the proclamation of the Rio-Grandense Republic (1836) started to integrate the Imperial Army. In this sense, we show as a result a valorization of the actuation and characterization of the individuals as a wire for the realization of a more global history, overcoming the fragmentation of the social environments.

**KEYWORDS:** Border. Politicians. Political Trajectories. Farroupilha Revolution. Local Power.

## Introdução

Este trabalho pretende demonstrar a constituição da rede “político-partidária” no Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1845 a 1860. Tendo por ponto de partida o contexto da Revolução Farroupilha, buscamos apresentar as três facetas do poder político, ou seja, posições ideológicas quanto ao projeto de Governo que almejaram para o Rio Grande do Sul através das trajetórias individuais de Francisco de Sá Brito Júnior, David Canabarro e Manoel Luis Osório.

Nossa pesquisa está inserida no âmbito da História Política renovada uma vez que discorreremos sobre conceitos e temáticas permeados pela noção de poder, tendo a possibilidade de pensarmos em novas abordagens para o nosso objeto de estudo, ou seja, um enfoque teórico mais complexo acerca dos grupos políticos e as relações sociais dos indivíduos.

Dessa forma, existe um número expressivo de obras que tratam sobre a Revolução Farroupilha, ainda assim, persistem lacunas historiográficas que carecem de estudos mais aprofundados, no sentido de ultrapassar a visão política e econômica que parece hegemônica na historiografia. Nesse sentido, verificamos que as pesquisas realizadas tem dado ênfase para os últimos decênios do Império Brasileiro, abstendo-se de entender a formação dos principais grupos políticos desde o início do século XIX no Rio Grande do Sul.

Fachel (1994) centra sua pesquisa na análise do pensamento político e a prática dos principais grupos da Revolução Farroupilha, evidenciando as dissonâncias de ideias e interesses por parte da elite farrapa. Da mesma forma, o autor explicita a existência de dois grupos, o da Maioria e Minoria, entretanto, ao descrever as lideranças políticas, sua análise fica muito restrita apenas as ideias destes, não realizando uma investigação acerca do contexto nacional e as influências da Região Platina para a conformação de seus planos.

Spalding (1987), ao fazer uma síntese biográfica com os principais indivíduos participantes da Revolução Farroupilha, apresenta dados que abarcam a trajetória de vida do indivíduo, sendo possível avançar no objetivo de identificar e compreender os vários momentos políticos e sociais. Todavia, essas trajetórias são escritas de forma descritivas, sem

preocupação em relacionar as informações dos indivíduos e realizar uma análise mais ampla e completa.

Para a construção deste artigo, nossa metodologia pautou-se na pesquisa documental e bibliográfica a fim de avançar e aprofundar os conhecimentos históricos sobre a temática tratada. Após a seleção e análise de algumas obras que abordam a Revolução Farroupilha, realizamos breves sínteses biográficas da elite farrapa. Assim, o que procuramos é organizar as descrições da atuação dos indivíduos, que a historiografia apresenta-nos em diferentes contextos sociais. Essa metodologia inicia-se por um dos principais indícios, ou nas palavras de Ginzburg “O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é aquilo que distingue um indivíduo de um outro em todas as sociedades conhecidas: o nome.” (1998, p.174). Pouco a pouco emerge uma biografia, seja embora inevitavelmente fragmentária, assim como a rede das relações que a circunscrevem.

Dessa forma, através desses procedimentos obtivemos uma lista de aproximadamente quarenta nomes citados pela historiografia. As informações coletadas foram organizadas por fichamentos, distribuídas e descritas de acordo com a tese ou o livro de cada autor, identificando as fontes que os autores citaram em suas obras para a formalização das informações, utilizando-as para analisar questões mais amplas acerca do período, sendo passível de novas investigações e interpretações sobre o tema.

### **Revolução Farroupilha: panorama político e social**

Nos primeiros anos do século XIX, a Região Platina<sup>1</sup> foi cenário de revoltas e movimentações militares por toda a sua extensão. Os interesses e os planos de Lavalleja e Rivera influenciaram muito o pensamento e as estratégias de indivíduos/grupos políticos na Província do Rio Grande do Sul. Sendo assim, a eclosão da Revolução Farroupilha<sup>2</sup> deve-se a

<sup>1</sup> Segundo Padoin (1999) “o espaço fronteiriço platino trabalhado compreende, em primeiro lugar, o contexto do século XIX com os territórios de Buenos Aires e províncias litorâneas da Bacia do Prata, da hoje Argentina, o território atual do Uruguai e região da Campanha do Rio Grande do Sul” (1999, p. 54). Ao decorrer do trabalho, utilizaremos “região platina”, “espaço fronteiriço platino” ou “fronteira platina” como sinônimos.

<sup>2</sup> Neste trabalho, concordamos com Moacyr Flores (1998) que defende a concepção que o movimento farroupilha pode ser encarado como revolução uma vez que “de acordo com o conceito liberal da época, houve uma mudança na forma de governo: pela primeira vez no Brasil instituiu-se de fato um governo republicano, de 1836 a 1845, abrangendo a província do Rio Grande do Sul, Lages e Laguna em Santa Catarina.” (p.22) Ou seja, houve uma mudança de governo que possibilitou a organização de um Estado e não apenas isso, um Estado

um conjunto de fatores políticos, econômicos e sociais, cujas raízes podemos identificar desde os movimentos da Região Cisplatina. O 20 de setembro de 1835 não representava apenas a destituição das forças imperiais em solo rio-grandense, mas também uma tentativa de concentração do poder político e militar na província. (LEITMAN, 1979)

Segundo a análise da historiografia, as interpretações dominantes costumam relacionar as causas do conflito exclusivamente aos fatores políticos e econômicos, considerando as políticas do Governo Central como opressoras e centralizadoras, de modo que as províncias estavam sujeitas a sua imposição, sendo pelas altas taxas de impostos e a desvalorização da economia sul rio-grandense.

Leitman (1979) ao analisar com um enfoque econômico a Guerra dos Farrapos, pauta-se na explicação de que as ações políticas e sociais dos chefes farrapos estavam associados a produção e fluxo do gado, isto é, enquanto existisse gado suficiente na Campanha para ser explorado, menor tornavam-se as lutas entre a elite farroupilha. Explicitando, dessa forma, que as divergências entre os grupos políticos seriam quase inexistentes, principalmente nas altas esferas revolucionárias já que o que os motivavam era a constituição de um governo capaz de legitimar seus interesses comerciais e busca por poder e fortuna. Sobre essa análise, o autor ainda afirma que dois grupos distintos se sobressaíram, os industriais da Laguna e os caudilhos, sendo estes os provocadores das circunstâncias políticas e militares em 1835.

Outra questão que o autor destaca é o esforço de uma parte dos farroupilhas em mobilizar a base popular para que pudessem fortalecer a causa, contudo o intuito não era de modificar as estruturas administrativas do Governo, mas sim a conquista de espaços institucionais e cargos de destaque no controle de exportação e importação. Esse ponto de vista parece-nos uma concepção limitada, uma vez que outros fatores também influíram nas atitudes políticas dos líderes farrapos, o viés econômico pode ser considerado uma parte importante para a compreensão do período, mas não determinante.

Moacyr Flores (1998) ao considerar a Revolução Farroupilha como parte de movimentos liberais que eclodiram no período regencial em toda extensão brasileira, faz alusão a três grupos principais, os liberais moderados, moderados republicanos e aos liberais exaltados. Assim, argumenta que o liberalismo era defendido para alcançar a busca da

---

dentro de uma estrutura legítima, com a tentativa de institucionalizar os espaços representativos, ter uma Constituição e a busca por organizar um território.

liberdade individual dentro dos parâmetros das leis e, que só através de uma constituição seria possível garantir a liberdade e a propriedade. Dessa forma, o autor diz que, no plano político, as posições políticas assumiram ideias diversas, principalmente entre conservadores e liberais. Os conservadores se portavam a favor do Imperador e da situação vigente, se orientavam através de uma concepção de que qualquer revolução mudaria a ordem natural do quadro já estabelecido tanto com a relação do Estado e a Igreja. Já os liberais rio-grandenses acreditavam que as leis do Brasil não seguiam os costumes e, sim, as vontades e autoridades dos governantes, assim, sendo só através da revolução que poderiam modificar o regime.

O Império Brasileiro teve um caráter unitário, o Estado não procurou centralizar ainda mais o poder já estabelecido, mas criou mecanismos para ramificar e firmar seu poder nas várias instâncias políticas através de leis que buscavam um maior controle das instituições locais e provinciais, garantindo sua legitimidade nesses espaços.

Nesse sentido, a deflagração da Revolução Farroupilha resultou num impacto quanto a essa estratégia política do Governo Central. Os grupos políticos que se articulavam nesse o período para a defesa e sustentação da republica, não constituíam grupos com ideias convergentes, a partir de seus interesses ou ideais liberais, a cada fase do conflito os indivíduos/grupos foram se rearticulando e mudando de posições políticas, isto é, mesmo firmando compromisso com determinada facção, as relações sociais eram instáveis, muitas vezes, por desavenças ou por benefícios.

Dito isso, tendo as relações sociais entrelaçados pelo poder, os personagens aqui analisados traçam uma trajetória semelhante ao passo que suas posições políticas também variavam no decorrer da revolta. Francisco de Sá Brito Júnior, bacharel em Direito, mantendo fortes relações com Bento Manoel Ribeiro, até 1837 posicionou-se ao lado do Império, contudo, a partir deste mesmo ano, declarou-se liberal farroupilha, fazendo parte do Grupo da Maioria na Assembleia constituinte.

Por conseguinte, David Canabarro, militar, até os primeiros anos da Revolução, Canabarro não assumiu posição, só posteriormente, que assumiu a posição farroupilha, fazendo parte do Grupo da Minoria na Assembleia. Já Manoel Luis Osório, em 1835 era simpatizante com as ideias farroupilhas, no entanto, devido suas “tradições” familiares e juramento junto ao Exército Imperial, decidiu posicionar-se legalista.

## **Construção da rede “político-partidária” de 1845 a 1860**

Depois da negociação de paz no Tratado de Poncho Verde em 1845, a maioria das reivindicações dos farrapos foram contempladas pelo Governo Imperial. O término do conflito significou, segundo algumas obras historiográficas, uma conquista aos objetivos da elite farroupilha. Este período compreendido entre 1845 a 1860 foi a tradução de um período de transição e mudanças significativas no que tange a estrutura e uma reorganização dos grupos políticos entre a elite brasileira. A dinâmica desses grupos podem ser melhor visualizadas a partir da década de 1850, quando deixam ser considerados apenas “facções” e preocupam-se em pensar numa organização mais efetiva quanto a seus interesses, sendo possível uma rearticulação em prol de um partido político.

Diante desse quadro, tendo em mente este recorte temporal e local até aqui estabelecido, partimos para uma breve reflexão acerca das várias denominações que os grupos políticos assumiram ao longo do tempo.

Afinal, o que são partidos políticos? Nildo Viana (2003) afirma que é uma questão difícil de ser respondida uma vez que as dificuldades surgem logo quando pensamos a etimologia da palavra. De sobremodo que confundem partido político com “parte política”, sendo que a palavra partido possui uma ligação indissociável de parte. Acontece é que como afirma Cerroni (1982 apud VIANA, 2003), se um “partido político é uma parte política, em toda “parte política” é um “partido político”.

Nesse sentido, é importante entendermos as especificidades da forma que concebemos o partido político, suas distinções e relações com as demais instituições e grupos. Muitos estudiosos já se debruçaram sobre a análise da formação dos partidos políticos modernos, as referências apontam sua constituição no final do século XIX e o início do XX.

Erik Horner (2013) para explicar esse fenômeno partidário opta pela abordagem do cientista político italiano Giovanni Sartori, o qual propõe buscar na trajetória histórica de partido e sua conceituação assinalando, dessa forma, a busca pela compreensão entre os termos partido e facção.

Ao longo do século XIX, diante da nova organização do governo brasileiro e da gradual estrutura eleitoral que vai se estabelecendo, a sociedade vai se organizando em grupos, seitas e clubes de modo que possam expressar seus interesses. Sendo assim, os termos partidos e facção foram paulatinamente utilizados para abranger grupos, seitas, clubes que tentaram se organizar e unificar o pensamento. Sobremaneira, Sartori (1882 apud HÖRNER, 2013) alerta sobre os usos conflitantes entre os termos já que se encontram no mesmo campo de ação política.

Ainda de acordo com o autor, o termo facção possui sua origem no verbo latino *facere*, o qual significa “fazer, agir”. Este termo adquiriu um sentido negativo e pejorativo ao longo do seu tempo de uso, passando a significar “um grupo empenhado em um *facere* perturbador e danoso” (SARTORI apud HÖRNER). Não obstante, o termo partido provém do latim *partire* que indica “dividir, partilhar”, enquanto o termo “seita” possui suas raízes etimológicas no latim, o qual quer dizer “separar, cortar”. Diante da correlação direta entre esses três termos, nossa reflexão assume novas dimensões de como conceber estes termos, uma vez que não são apenas usados para designar grupos, mas também, são utilizados para dar um novo sentido de intencionalidade para as práticas políticas. . Dessa forma, como foi bem assinalado por Edgar Leite Ferreira (1988, p.11) “o surgimento de um partido político é vinculado a um determinado momento histórico, articulado por grupos sociais unidos por interesses em busca da partição do poder.”

Assim, em busca por ampliar nossa compreensão acerca dos partidos políticos, mas também das ideologias e posições que estes assumem para o eleitorado, é necessário que se pense nas denominações conservadorismos e liberalismo que, desde o início do século XIX são utilizados para defender uma posição política. Sobretudo, ao pensarmos a história do liberalismo brasileiro no século XIX, é possível nos remetermos a variações e a peculiaridades no que concerne principalmente a formação e a influência do pensamento liberal na formação e articulação dos principais grupos políticos do período.

Segundo o Dicionário de Política (1999) <sup>3</sup> definir o que é liberalismo é um desafio, uma vez que devemos levar em consideração uma série de dificuldades específicas, pois é preciso conhecer a validade e os limites dos enfoques que são dados a esse conceito. Devido a

<sup>3</sup> MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). Dicionário de Política. 11ª ed. Trad.: Carmen C. Varriale et al. Brasília. UNB, 1998. Vol. 1

seus diferentes usos, o termo não se restringe apenas a possibilidade da definição histórica. Pode-se considerar o liberalismo um fato histórico, que surgiu num determinado tempo e circunstâncias, tendo especificidades variando de lugar.

Entre as diversas definições de liberal, existe a perspectiva do historiador, tendo como ponto de partida o uso político do termo. Nesse sentido, o termo quando aparece, na França, no fim do século XVIII e se consolida na linguagem política no século XIX, possuía a conotação de defesa das liberdades públicas. Dessa forma, o historiador deve possuir um critério logicamente definido acerca do que é liberal, conhecendo os limites dessa definição, para que não confunda os liberais com o Liberalismo, uma vez que, o substantivo Liberalismo abrange a determinadas ações políticas. ( MATTUCCI, 1998)

Ainda de acordo com o autor, aceitar o termo liberal sem refletir criticamente sobre seu significado pode conduzir a sérios equívocos, já que é “definição arriscada, inclusive porque nem sempre grupos e partidos que se inspiravam nas ideias liberais tomaram o nome de liberais, e também nem sempre os partidos liberais desenvolveram uma política coerente com os princípios proclamados. (1998, p.668 )

De forma mais circunscrita, percebemos as influências e o impacto do pensamento liberal no campo político brasileiro no século XIX. Já na década de 1830, na Província do Rio Grande do Sul, verifica-se a proliferação das ideias liberais na Região Platina, tornando-se um elemento de suma relevância para compreender a base formadora de alguns grupos políticos.

A historiografia destaca a divisão entre a elite farroupilha, o grupo da maioria e a minoria. Desde 1835, segundo interesses e diferenças ideológicas, grupos foram se articulando e se firmando diante de questões importantes diante da situação vigente, principalmente, no que tange a sustentação e consolidação da República Rio-Grandense (1836-1845).

Sobre essa questão, Hörner (2013) ao analisar a formação dos partidos e participação política no Brasil da primeira metade do século XIX, destaca a prática parlamentar, no Império Brasileiro, em dividir o plenário em minoria e maioria, sendo extremamente rara a divisão em mais de dois grupos. Ainda observa, que “a divisão implica, inclusive etimologicamente, a formação de dois partidos, no entanto, isso não conduzia necessariamente à existência de apenas dois grupos de opinião” (p.223).

A presença dessa classificação, que segundo o autor possui origens britânicas, era perceptível nas assembleias provinciais, que de fato, essa divisão representava o

reconhecimento de uma base aliada do governo que no âmbito do Legislativo, estava em sintonia com o Executivo. Essa divisão, também estará presente no decorrer da Revolução Farroupilha, bastante difundida na Assembleia Legislativa e Constituinte, que em 1842, reunia deputados eleitos no território da República Rio-Grandense para formulação de uma Carta Constitucional para o Estado, que existia desde a proclamação de Antônio de Sousa Neto, em 1836 e da progressiva adesão e aprovação das Câmaras Municipais da Província do Rio Grande do Sul.

A partir da leitura e análise dos principais estudos que se debruçam sobre esse assunto, verificou-se que existe uma variação de interpretação sobre essa divisão política: Existem autores que simplificam esse processo de divisão política caracterizando-o como apenas intrigas pessoais e rivalidades entre os dois grupos, por outro lado, uma parcela da historiografia apresenta uma análise mais profunda do discurso desses grupos, pela qual identificam uma diferenciação nos projetos políticos pensados para a consolidação da República Rio-Grandense.

Nesse sentido, essa cisão política do movimento farroupilha, apresentavam divergências quanto a seus projetos políticos; o grupo da maioria defendia a permanência de Bento Gonçalves como Presidente da República Rio-Grandense, discutiam a questão da abolição da escravatura e almejavam um governo republicano e uma maior integração com a região platina. Já o grupo da minoria, que se consideravam desprivilegiados pela política do Grupo da Maioria, voltavam-se muito mais a melhorias dentro do próprio sistema. (FACHEL, 1994)

Discorrendo sobre essas questões, Morivalde Fagundes Calvet (1985) analisa a Revolução Farroupilha sob o âmbito dos acontecimentos militares entre 1835-45, para tanto, o autor utilizou-se de uma linguagem minuciosa dos fatos, com a tentativa de explicar a revolução através de narrações que destacam as vitórias dos farroupilhas.

Fagundes Calvet (1985) assinala a importância da vinda da família real para o Brasil em 1808, acreditando que existia uma veneração e a admiração aos Braganças, que devido a extensão territorial era dificultoso o comando político unificado. Para o autor, a unidade nacional não esteve ameaçada com as inúmeras conspirações e conflitos que ocorreram nas diversas regiões do país ao longo dos séculos XVIII e XIX. Assim, o autor caracteriza a revolução como um movimento nacional-brasileiro, isto é, a unidade territorial foi mantida no

século XIX, o que mudou foi a unidade de sentimento, pensamentos e ideais. Assim, conclui que os farrapos não queriam a separação do Rio Grande do Sul do restante do Brasil uma vez que almejavam a federação republicana das províncias brasileiras. Ele ainda aborda as intrigas pessoais entre a elite farroupilha, enfatizando a divisão da Assembleia Constituinte (1842) entre os dois grupos farroupilhas.

Na obra de Laytano (1983), percebe-se que não há uma preocupação na narração dos acontecimentos que ocorreram ao longo da revolução. O autor divide a obra em subtítulos que englobam questões mais gerais no que tange a economia, política sociedade. Outro aspecto trabalhado diz respeito a organização política do Rio Grande do Sul, destacando o Conselho de Procuradores Gerais dos Municípios criado em setembro de 1838, que teria um papel legislativo na República e nomearia alguns procuradores representantes do município. Nessa perspectiva, o autor também analisa a composição política dos deputados da Assembleia, preocupando-se nas redes sociais que compõe os dois grandes grupos maioria/minoria.

Seguindo essa linha de raciocínio, a classificação que a grande parte dos autores fazem, deve-se a partir de um Manifesto dos Deputados do Grupo da Minoria<sup>4</sup> redigiu e apresentou a Assembleia Constituinte e Legislativa da República Rio-Grandense. Desde então, não havia sido tão nítida essa divisão dos grupos políticos. A partir da leitura do manifesto, verifica-se que o texto foi redigido com o intuito de expor as insatisfações e injustiças sofridas pelo denominado Grupo da maioria, a oposição. Desde as primeiras linhas do documento, percebe-se o apelo aos cidadãos que entendessem o cenário de desrespeito e perigo quanto aos interesses da Nação, afirmando que o Estado Rio-Grandense tem o dever de garantir a liberdade dos cidadãos, sob o regimento de leis justas e liberais, as quais seriam resguardadas por uma Constituição que garantisse os direitos.

Contudo, estas garantias estariam seriamente ameaçadas pelo despotismo do Grupo da Maioria. Parte do documento debruça-se em falar sobre as leis e projetos da recém Constituição da República Rio-Grandense, sendo esta assinada no dia 8 de fevereiro e este manifesto sendo do dia 18 deste mesmo mês, ou seja, a reação da minoria não tardou em reclamar seu pouco espaço e participação política. O termo partido é utilizado poucas vezes

<sup>4</sup> Coleção varela. Anais do arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol.4, 1980, p. 190-207

ao decorrer do texto, entretanto, quando utilizado apresenta uma conotação de união, indivíduos entrelaçados pelas ideias compartilhadas.

Assim, o manifesto é redigido e assinado por representantes do grupo da minoria, sendo eles, Antônio Vicente da Fontoura, Francisco Ferreira Jardim Brasão, Sebastião Xavier do Amaral Sarmiento, Serafim Joaquim de Alencastre, Manuel Martins da Silveira Lemos e Onofre Pires da Silveira Canto. Neste momento, cabe ressaltar que Padoin (1999) também preocupou-se na delimitação desses grupos. De acordo com a autora o grupo da maioria representado era representado por Bento Gonçalves e Domingos José de Almeida, defendiam laços de Confederação com outros Estados. Já o grupo da minoria era representado por Antônio Vicente da Fontoura, como defensores do federalismo, apenas como bandeira, para combater o centralismo do Estado Imperial brasileiro e com o objetivo de participar diretamente no poder local ou provincial. Desta forma, o grupo da minoria não ansiava por mudanças significativas, apenas uma reforma da Monarquia, tendo uma descentralização do poder.

Nessa conjuntura do início da década de 1840, os personagens aqui analisados assumiram posições diferentes quanto as ideias de projeto de Governo na Província. David Canabarro também pertencia ao grupo da Minoria, e foi citado diversas vezes ao longo do manifesto, sendo encarado um indivíduo de “respeito e regozijo”. Francisco de Sá Brito compunha o grupo da maioria, sendo este feito parte da comissão responsável para a organização da Constituição da República Rio-Grandense. Já Manoel Luis Osório era legalista e desde o início da Revolução, posicionou-se a favor do Império.

### Trajetórias individuais e as relações de poder

Anteriormente abordamos o contexto histórico e as denominações formuladas para designar os grupos políticos em meados do século XIX. Nesse item, iremos relacionar os elementos supracitados para compreendermos as trajetórias<sup>5</sup> dos nossos personagens paralelamente com a complexa teia social que estes estão inseridos. Para tanto, não nos basta

---

<sup>5</sup> Neste trabalho, nossa concepção de “trajetória” vai ao encontro da definição Pierre Bourdieu (2006) que considera essa noção como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a transformações. Esse caminho é construído a partir de acontecimentos e vínculos que se operam nas posições que esse indivíduo ocupa.

uma análise simplista e única de ordem econômica e política, nossa busca é organizar as descrições da atuação dos indivíduos, que a historiografia apresenta-nos em diferentes contextos sociais, e realizar um estudo direcionado a valorização da atuação e caracterização dos indivíduos, para que assim, possamos superar a fragmentação das informações e realizar uma história mais global.

Sendo assim, ao longo da Revolução Farroupilha, os nossos três personagens encontravam-se em grupos distintos, como já mencionado ao longo do artigo. Contudo, a partir da década de 1850, verificou-se uma nova configuração de interesses e posições políticas, como também, novas relações sociais nas teias políticas da Província do Rio Grande do Sul com a Corte. Diante desse quadro, constatou-se que em 1860, teve o surgimento do Partido Liberal, também conhecido como Partido Liberal Histórico, contendo um programa partidário, o qual tinha como principais lideranças Manoel Luis Osório, Fêlix da Cunha, Gaspar Silveira Martins e David Canabarro (PANIAGUA, 2012).

Dessa forma, se, durante o conflito farroupilha, Osório era legalista e Canabarro, embora liberal, era pertencente ao Grupo da Minoria. Neste momento, ambos são organizadores de um novo partido, tendo como bandeira o liberalismo. Já Francisco de Sá Brito, neste período, era um expoente político do município de Alegrete, ocupando importantes cargos na Câmara Municipal. No entanto, é importante assinalar que para chegarem nestes respectivos postos, esses três personagens percorreram suas trajetórias políticas de formas muito distintas.

Dessa forma, para uma melhor compreensão de quem eram esses homens, acompanharemos a sua trajetória de vida, analisando os elementos constitutivos da sua carreira política e seu perfil sociopolítico.

A trajetória de Francisco de Sá Brito se diferencia dos demais no sentido de possuir maiores instruções escolares e possuir uma formação acadêmica. Francisco de Sá Brito Júnior, obteve seus estudos de primeiras letras juntamente com o professor mestre Antônio d'Ávila na cidade de Porto Alegre. Depois disso, frequentou, da mesma forma, o Curso de Humanidades com o Padre João de Santa Bárbara.

Terminado o Curso, em 1827, Francisco de Sá Brito Júnior<sup>6</sup> iniciou seu Curso de Direito na Universidade de Direito da Universidade de Coimbra, mas devido às tensões políticas em Portugal, retorna ao Brasil, dando continuidade a seus estudos no Curso Jurídico na Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1834, após o término do Curso, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Missões no município de Alegrete na Província do Rio Grande do Sul. Esta nomeação desencadeou um conflito da questão de poder local. Pela determinação do Código Criminal de 1832, a Câmara Municipal de Alegrete deveria empossar o Juiz Municipal que fora nomeado pelo poder central, Augustinho Loureiro, porém, os vereadores haviam mantido uma relação próxima com Sá Brito Júnior, na qual ocupava o cargo como interino e não estava disposto a ceder à ocupação.<sup>7</sup>

Sendo uma das estratégias do período para consolidar alianças políticas no dia 20 de outubro de 1833, entremeadado a esse conflito de jurisdição, Francisco de Sá Brito casou-se com Carlota de Souza Cambraia, sendo esta filha de Antônio Luiz Cambraia, importante político do município<sup>8</sup>. Esse matrimônio possibilitou novos contornos no rumo de Sá Brito, sendo possível indagarmos até que ponto, o sogro o auxiliou e influenciou sua carreira política. (PANIAGUA, 2012)

Em meio dessa disputa, em 1835, foi nomeado Deputado à Assembleia Provincial de São Pedro do Rio Grande do Sul e em 1836 ocupando o cargo de 1º secretário.<sup>9</sup> Constata-se que, nesse conflito pela nomeação pelo cargo de juiz de Direito, Sá Brito construiu conexões mais sólidas e, que posteriormente iria favorecê-lo em busca da candidatura a cargos na Câmara Municipal.

Quando proclamada a República Rio-Grandense (1836-45), manifestou-se a favor do Império, diante dessa atitude, o Presidente da Província José de Araújo Ribeiro, nomeou-o Juiz de direito da Comarca das Missões, assim, em 1837, tomou posse da comarca de São Borja e Cruz Alta. Sá Brito permaneceu nesse cargo até o ano de 1842, quando se tornou deputado da Assembleia Constituinte Republicana e muda para o lado farroupilha. Da mesma

<sup>6</sup> A partir de 1830 passa a assinar apenas Francisco de Sá Brito.

<sup>7</sup> Sobre maiores explicações do conflito, ver (PANIAGUA, 2012).

<sup>8</sup> “O seu sogro, Antonio Luiz Cambraia, foi o juiz de paz suplente em 1833 e presidente da mesa paroquial na 1ª eleição de vereadores ocorrida no dia 10 de abril 1833.” (PANIAGUA, 2012,p.67)

forma, em 1843 também foi nomeado Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça e interinamente dos do interior e Exterior.

Lembrando que, Francisco de Sá Brito Júnior fez parte da comissão que elaborou o Projeto de constituição juntamente com Serafim Joaquim de Alancastre, José Pinheiro de Ulhoa Cintra e Domingos José de Almeida assinou conjuntamente com outros membros do Grupo da Maioria a Constituição para a República Rio-Grandense.

Após o término da Revolução Farroupilha sendo tratada a negociação de paz, e as reivindicações em 1845, Francisco de Sá Brito retornou a Alegrete, sendo eleito vereador da Câmara Municipal do município. Este personagem constituiu uma intensa participação na Câmara Municipal de Alegrete, sendo eleito em 1852, vereador pela paróquia de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, também fazendo parte da composição do colégio eleitoral de 1847 a 1853.

Por conseguinte, David Martins Canabarro foi conhecido por sua carreira militar. Ao contrário de Sá Brito, ele não possuiu formação acadêmica. Desde jovem, Canabarro participou de campanhas militares, já em 1825, participou como furriel na Guerra da Independência Uruguaiana. Em 1836 foi tenente-coronel em Piratini, um ano mais tarde, foi tenente do Regimento de Lunarejo.

Durante a Revolução Farroupilha, Canabarro participou de diversas campanhas militares ao lado dos farrapos. Apesar de ter sido acusado de traição na Batalha dos Porongos, participou das negociações de paz que resultaram com a Paz de Poncho Verde em 1845.

Já em 1851, Comandante da Divisão da Cavalaria da Vanguarda brasileira contra Rosas<sup>10</sup>, lutando ao lado de Duque de Caxias na Guerra contra Oribes e Rosas. Lutando também da Guerra do Paraguai. Fazendo parte desse meio militar, é inevitável que se faça alianças que ultrapassem àquele momento de guerra. Segundo Paniagua (2012) desde 1856 participou como candidato na eleição municipal de Alegrete. O restante das eleições participou como eleitor na paróquia de Santa Ana do Livramento. Em 1860 Comandante Superior da Guarda Nacional da Fronteira de Livramento e Quaraí.

Manoel Luis Osório, da mesma maneira que Canabarro, não possuiu formação acadêmica, embora tenha realizado suas primeiras letras em Santo Antônio da Patrulha em

---

<sup>10</sup> Ver LAYTANO (1983)

uma modesta escola particular e depois tenha cursado outra escola particular na vila do Salto na Cisplatina por mais ou menos um ano. (SCHULTZ FILHO, 1970)

Desde a década de 1820, Osório já participava de campanhas militares. Em 1823, senta praça, como soldado na cavalaria da Legião de São Paulo. De 1824 a 1827, ele passa pelos postos de Cadete de 1ª classe, Alferes, Major e Tenente pelo 5º Regimento de Cavalaria. Percebe-se que em questão de quatro anos, ele ascende militarmente, ocupando um espaço de prestígio junto ao Exército. Mas vai ser no decorrer da Revolução Farroupilha que Osório consolidará sua carreira, lutando a favor das foças imperiais.

Em 1838 torna-se Capitão, tendo como missão ser o porta-voz legalista para contar ao Ministro da Guerra, Sebastião Rego Barros o panorama militar e política que se encontravam as instâncias militares, já que os postos de comandos já estavam desgastados, os farroupilhas já haviam conquistados localidades estratégicas de combates. (ESTIBIARRIBIA, 2008) E, assim, ele permanecesse nesse posto ao longo do conflito farroupilha. Em 1842, é nomeado Major do 2º Regimento da Cavalaria passando a tenente-coronel em 1844.

A partir de 1852, organizou-se na Província do Rio Grande do Sul, a *Liga* e a *Contra-Liga*, uniões que se contrapuseram, reunindo lideranças conservadoras e liberais.<sup>11</sup> Osório, devido a sua influência na fronteira e na Banda Oriental, foi persuadido a participar da Contra-Liga. Esta, por sua vez, ainda contava com o apoio de Caxias e o Conde de Porto Alegre. Osório mantinha ligações estreitas com antigas lideranças farrapas, como David Canabarro, sendo este um forte aliado em Livramento. (VARGAS, 2010)

Essa disputa por hegemonia política entre esses dois grupos, provocou disparidades e cisões no interior dessas lideranças. No fim da década de 1850, Ângelo Muniz da Silva Ferraz sendo presidente do Rio Grande do Sul e contribuiu para fortalecer o apoio a Liga, tendo o Barão de Porto Alegre como aliado. Na rasteira dessas dissidências políticas, Osório recusou-se a oferecer apoio as ideias de Ferraz e Barão de Porto Alegre ao criar um “partido militar”. Diante dessa decisão, Osório sofreu retaliações<sup>12</sup>, no entanto, quando Ângelo Muniz saiu do posto de presidente da província, que Osório retornou ao solo rio-grandense. Logo após esse episódio, em 1859, foi graduado no posto de Brigadeiro efetivo, consolidando ainda mais sua

<sup>11</sup> Ver VARGAS (2010)

<sup>12</sup> “Em represália, Osório foi transferido de São Broja para Jaguarão, onde, com rendimentos reduzidos, assumiu o comando da Fronteira. Entretanto, o objetivo maior era removê-lo para o Norte do País e anular a sua influência política na Província.” (VARGAS, 2010, p.61)

base de influências, uma vez que o cargo possibilitava vantagens políticas e proximidade da elite da Corte.

Neste momento, adentramos mais profundamente, tendo a delimitação temporal à década de 1860, demonstrando a intensa movimentação política desses personagens após a Revolução Farroupilha. Na década de 1850 a 1860, podemos constatar que as trajetórias desses personagens se cruzam no plano político, suas ações interceptadas pela rede de relações sociais e de lealdade.

Tendo como pano de fundo as desavenças com Ângelo Muniz, em contrapartida, Osório propõe a criação de um novo partido, O Partido Liberal, o qual é lançado a candidatura de Fêlix da Cunha. Como exposto anteriormente, o Partido Liberal tinha o apoio de David Canabarro, que no mesmo ano, era Comandante Superior da Guarda Nacional da Fronteira de Livramento e Quaraí. Ambos, neste momento, mantem relações próximas e são integrantes do Partido Liberal.

David Canabarro, ao mesmo tempo, participava ativamente da vida política no município de Alegrete, onde Francisco de Sá Brito já assumiu mandatos de vereadores e fazia parte do Colégio Eleitoral do município por consecutivos anos, articulando grupos para ampliação de interferência política. Da mesma forma, Panigua (2012) nos mostra que, embora Canabarro tenha se dedicado intensamente a sua vida militar, em 1856, acaba concorrendo a eleição para vereador no município de Alegrete pela Paróquia de Santa Ana do Livramento, sendo esta a única vez que concorreu de forma direta, as demais eleições participava como eleitor e mesário. Seu cargo na Guarda Nacional o possibilitou uma intensa influencia no poder local e juntamente com os grupos políticos na fronteira oeste rio-grandense.

Assim, tanto Sá Brito, Canabarro e Osório, na década de 1860, encontram-se em plano político ativo, sendo articuladores e construtores de grupos políticos que agiam, muitas vezes na mesma localidade. Para a análise dessas relações sociais deve-se perceber que a indicação de nomes, recomendações e troca de favores eram variáveis e constantes na vida política destes homens.

## Considerações finais

Ao longo deste trabalho, discutimos brevemente sobre a formação dos grupos políticos ao longo da primeira metade do século XIX na Província do Rio Grande do Sul, tendo como pano de fundo o contexto histórico da Revolução Farroupilha. Da mesma forma, realizamos uma discussão conceitual acerca dos termos “partido” e “facções” que eram utilizados para a designação dos grupos políticos, assim, podemos concluir que o termo “partido” pode ser utilizado em diferentes períodos, no entanto, seu uso requer uma preocupação constante quanto a sua definição já que deve estar articulado com as intenções e objetivos dos atores sociais que usam o termo, compreendendo o contexto em que estão inseridos.

Não obstante, este trabalho procurou propor breves discussões sobre a dinâmica política a partir de alguns personagens da Revolução Farroupilha, trazendo contribuições para o entendimento das relações de poder na Província do Rio Grande do Sul, demonstrando através das trajetórias políticas de Francisco Sá Brito, David Canabarro e Manoel Luís Osório suas intensas atuações políticas durante e após a Guerra dos Farrapos.

Foi possível perceber ainda que estes personagens estavam inseridos em grupos e posições diferentes, tendo a organização do Grupo da Maioria e Minoria como um elemento importante para entendermos as divergências entre a elite farrapa, ultrapassando a ideia de que as ideias eram hegemônicas e concedentes. Diante desse cenário de jogo de interesses, nossos personagens trilharam trajetórias diferentes ao longo conflito farroupilha, contudo, na década de 1860, contata-se encontraram na mesma rede política que se intensifica no Rio Grande do Sul, ocupando cargos políticos de destaque no poder legislativo. Assim, como afirma Vargas (2010), a Revolução farroupilha mostrou às elites rio-grandenses que uma das melhores alternativas para defender seus interesses, não seria através de conflitos armados, mas sim pela participação política direta no governo central.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Anais do Arquivo Histórico do Rio grande do sul. Coleção varela. Porto Alegre: AHRGS, 1980, v.04.

BORDIEU, P. A ilusão biográfica. In: AMADO, J; FERREIRA, M. N. **Usos e abusos da Historia Oral**. São Paulo: FGV, 2006.

ESTIBIARRIBIA, Pedro Paulo Cantalice. **Osório**. Porto Alegre: Nova Prova 2008.

FACHEL, José Plínio Guimarães. **As Cisões políticas entre os farroupilhas durante a Guerra de 1835 a 1845 no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1994. Dissertação de Mestrado (mimeo).

FAGUNDES CALVET, Morivalde. **História da Revolução Farroupilha**. 2. ed. Caxias do Sul, Editora da Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre, Martins Livreiro, 1985. 432p.

FERREIRA, Edgar Leite. 1988. **Os partidos políticos no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

FLORES, Moacyr. **A Revolução Farroupilha**. 3.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

\_\_\_\_\_. **Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha**. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

HÖRNER, Erik. Partir, fazer e seguir: apontamentos sobre a formação dos partidos e a participação política no Brasil da primeira metade do século XIX. In: MARSON, I; OLIVEIRA, C. **Monarquia, Liberalismo e Negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013

LAYTANO, Dante de. **História da República Rio-Grandense (1835-1845)**. Porto Alegre, Sulina/ARI, 1983.

LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos**. Tradução de Sarita Linhares Batsted. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MATTEUCCI, Nicola. Liberalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). **Dicionário de Política**. 11ª ed. Trad.: Carmen C. Varriale et al. Brasília. UNB, 1998. Vol. 1

MOREIRA BENTO, Claudio. **O Exército Farrapo e os seus chefes**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1992.

PADOIN, Maria Medianeira. **O federalismo no espaço fronteiroço platino**. 1999. 337 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999

PANIAGUA, Edson Romário Monteiro. **A construção da ordem fronteira: grupos de poder e estratégias eleitorais na campanha sul-rio-grandense (1852-1867)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS. São Leopoldo, 2012.

SCHULTZ FILHO, Guilherme. **Osório: o legendário**. Nossa Senhora Conceição do Arroio: Caixa Econômica Federal do RS, 1970.

SPALDING, Walter. **Revolução Farroupilha**. 1ª edição. Porto Alegre: Ed. Petroquímica Triunfo, 1987.

VARGAS, J. M. **Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

VIANA, Nildo. **O que são Partidos Políticos?** Goiás: Ed. Germinal, 2013.